

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS: UM OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO SOBRE A CONCEPÇÃO E ABORDAGEM DOS/AS PROFESSORES/AS

Wanderson Felix Viana; Thaís Tavares de Lira; Cristianne Lopes de Lima Castro¹

Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE
wanderson.viana@fafire.edu.br

Resumo

Esta pesquisa teve o intuito de verificar, analisar e interpretar a percepção do docente que ensina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como, a sua prática pedagógica referente às questões de gênero e sexualidade nas escolas. Tomamos como alicerce bibliográfico as produções de Guacira Lopes Louro, 2014; Beto de Jesus, 2008; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, 2007; Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, 1997; e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998. E, como base metodológica, nos apropriamos da pesquisa de natureza qualitativa e do diagnóstico obtido pelo uso do questionário semiestruturado empregado entre as professoras da educação infantil e do ensino fundamental anos iniciais, em escolas da rede pública e privada. Verificamos eficiência por parte de alguns sujeitos analisados e insuficiência das escolas as quais eles atuam referente à abordagem da temática tratada. Concluímos que os docentes necessitam rever suas próprias práticas de abordagem, adequando-se à proposta de trabalho indicada pelas produções de base curricular comum para o ensino nacional, como o RCNEI e o PCN. Sabemos da relevância do estudo com as temáticas de gênero e sexualidade na formação humana, cabendo ao docente possuir um olhar reflexivo para realizar sua prática de forma coerente, de modo a proporcionar o exercício da cidadania em seus alunos.

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, Concepção e Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional é marcado pela diversidade e pluralidade racial, étnica, sexual, de gênero, etc. por conta da grande variedade que nós seres humanos possuímos, seja por conta da nossa cultura, processo histórico, social, político e econômico. Essa diversidade quando não é discutida pela escola e não é trabalhada de modo a promover o pensamento crítico dos alunos e mudança de suas atitudes intransigentes, acabam ficando na escola proporcionando ações desumanas e de desrespeito à condição humana.

Quando esta desigualdade perpassa a temática de gênero e sexualidade é possível perceber que alguns/as professores/as responsáveis por realizar a intervenção, na grande maioria das vezes, acabam por se apropriar de um discurso meramente simplista, no qual, em alguns momentos, silencia as ações, mas não favorece a estes sujeitos um pensamento crítico diante dos acontecimentos.

¹ Professora orientadora Ma. da Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE

Falar de gênero e sexualidades no âmbito escolar requer antes de qualquer coisa um melhor entendimento acerca destes assuntos que se fazem presentes em todo e qualquer contexto educacional. É preciso conscientizar e clarificar as/os alunas/os sobre a grande diversidade que nós seres humanos possuímos e do respeito que temos de ter para com aqueles que distorcem seus desejos e vontades daquilo que somos, a fim de proporcionar uma boa relação humana. Se esses aspectos não forem abordados pelas/os professoras/es no âmbito escolar, possivelmente irão entrar de forma agressiva, proporcionando ações desumanas.

Infelizmente essa ideia de seres diversos não se encaixa de forma tão positiva na mente da população e acaba por gerar atitudes e pensamentos meramente errôneos que suscitam em atos discriminatórias. Tratando-se da questão de gênero e sexualidades, alguns teóricos trazem questionamentos pertinentes mostrando que há inúmeras influências que interferem no processo de construção da identidade de gênero.

Segundo Louro, “o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 2014, p. 26).

Para tanto, ao falar de gênero não se pode limitar o olhar para a questão biológica do sujeito, é preciso ir mais além. É preciso perceber que enquanto o ser humano se desenvolve, os fatores sociais e históricos se fazem presentes em sua vida, levando-o para dada construção que pode seguir rumo distinto do seu sexo biológico.

Podemos dizer que a questão histórico-social torna-se a parte de fundamental importância para a definição do que é gênero. Assim como o fator biológico não identifica o indivíduo como pertencente ao gênero masculino ou feminino.

A conceituação de gênero estabelece um entendimento mais completo de seu aspecto, deixando explicado que se trata de algo construído com consequência social, histórica, cultural e política, surgindo para diminuir a desigualdade existente na sociedade e valorizar as diferentes formas de gênero.

No entanto, ao analisar o sujeito em sua plenitude como sendo pessoas propícias a mudanças ao longo de sua trajetória, se é caracterizada a questão da identidade de gênero, na qual pensa no indivíduo suscetível, pertencente ao modo social, histórico, cultural e político da sociedade, e, portanto, influenciado por estes aspectos.

Jesus (2008, p. 35) indaga um pouco sobre a identidade de gênero, ao dizer que é, “portanto, a maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais na condição de homem ou mulher ou, em alguns casos, de uma mescla de ambos, sem que haja nisso uma conexão direta e obrigatória com o sexo biológico”.

Dessa forma, como somos seres sociais e culturais, possuímos uma interioridade e exterioridade que interfere diretamente em nossas ações. Conosco carregamos os sentimentos acerca do que existe ao nosso redor e com isso vamos construindo o nosso modo de nos comportarmos na sociedade, seja com os gestos, a voz, as roupas e adereços utilizadas, os afetos, as ações e palavras, etc. dessa forma se é construída a nossa identidade, com um encontro constante daquilo que se encontra “dentro” de nós e daquilo que está “fora” (JESUS, 2008, p. 34).

Louro (2014, p. 31) afirma que “as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento”. Dessa forma, essa construção se dá constantemente e não se limita a uma única variável, mas sim a diversas, nas quais o ser humano pode encontrá-las ao longo de sua história de vida.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD (2007) aponta que:

Fala-se também de identidade de gênero para se referir à maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais como masculino e feminino, ou ainda uma mescla de ambos, independente tanto do sexo biológico quanto da orientação sexual (BRASIL, 2007, p.19).

Isso leva a pensar que o papel social estabelecido pelo macho e pela fêmea é o que distingue se este/a será pertencente ao masculino ou feminino, ou até ambos. Explicando de outra forma, e como já apontado anteriormente, não é a genitália biológica que informará o gênero do indivíduo, mas a maneira pela qual ele/a se sente representado/a.

Além do sexo biológico e da identidade de gênero, existe outra abordagem que contempla assuntos referentes à sexualidade, que é a orientação sexual, fator que também independe do sexo biológico e da identidade de gênero. “Orientação sexual se refere à direção ou inclinação do desejo afetivo e erótico” (BRASIL, 2007, p. 17).

Existe uma versatilidade de desejo afetivo e sexual que pode e deve ser considerado. Essa diversidade de sentimentos serve para descentralizar a única ideia sexual de que só existe uma forma do indivíduo se comportar socialmente com relação a sua sexualidade. Jesus (2008, p. 36)

apresenta que “a orientação sexual é o sentimento de atração que temos por uma pessoa ou várias pessoas tanto no âmbito afetivo como no sexual”.

O que fica entendido então, ao tratar das abordagens com sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, é a clareza de que pode a pessoa possuir sexo biológico de macho ou fêmea, sentir-se representado socialmente como masculino, feminino ou ambos e ainda sentir-se atraído sexualmente por um homem, uma mulher, ou por ambos.

Essas e outras questões devem ser entendidas pelos/as educadores/as para que suas intervenções a respeito desses assuntos sejam realizadas de modo eficaz, garantindo à intervenção uma verdade coerente com a temática em questão.

Com todos esses argumentos apresentados, surgiu a necessidade de trabalho com as temáticas de gênero e sexualidades nas escolas, de modo a verificar a concepção dos professores/as acerca da temática, se eles abordam esses assuntos no âmbito da sala de aula e como trabalham com essas temáticas.

METODOLOGIA

A população envolvida para amostra dos dados foram professoras de escolas públicas e privadas que tinham suas práticas voltadas para a Educação Infantil ou os anos iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, foram contempladas quatro professoras, sendo duas de escolas públicas e duas de escolas privadas. Desses dois grupos, escolas públicas e privadas, um de cada grupo realizava seu trabalho na Educação Infantil e o outro no Ensino Fundamental anos iniciais. A tabela 1 abaixo mostra as informações mais explicitadas dos sujeitos da pesquisa.

Tabela 1

CÓDIGO	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO	REDE	NIVEL DE ESCOLARIDADE EM QUE ATUA
P1	Especialista	30 anos	Pública	Fundamental
P2	Especialista	23 anos	Privada	Fundamental
P3	Graduada	7 anos	Privada	Ed. Infantil
P4	Especialista	4 anos	Pública	Ed. Infantil

O tipo de instrumento utilizado foi o questionário semiestruturado, no qual foi elaborado previamente, tomando como base os objetivos da pesquisa. O questionário foi dividido em duas partes, na qual a primeira parte tratava de questões (4) sobre a caracterização do pesquisado, e a segunda parte vinha contemplando as questões (5) específicas de gênero e sexualidade nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário de pesquisa possuía um total de cinco perguntas abertas. A primeira pergunta se tratava do que as professoras entendiam por gênero. Frente a ela as professoras apresentaram os seguintes argumentos: P1 deixou claro que é o diferencial entre homem e a mulher, ou seja, o ser masculino e o ser feminino, relativos para além dos órgãos sexuais que não se limita só ao órgão sexual. P2 apontou para a distinção das espécies entre macho e fêmea. P3 disse ser aquilo que diferencia e identifica os homens das mulheres, ou seja, gênero masculino e gênero feminino. E P4 diz que é a forma de ser de um indivíduo, a maneira como o mesmo se enxerga. É, em sua visão, uma autoanálise que o sujeito realiza de si e a partir de então, identifica-se como parte.

Quando indagadas acerca do que entendem por gênero, percebe-se que as professoras P1 e P3 trouxeram respostas que se aproximam, apontando que se trata da diferença entre homem e mulher, do masculino e do feminino. P1 ainda complementa o seu discurso, dizendo que gênero é para além dos órgãos sexuais, que não se limita a isso. Assim, para Louro (2014, p.26) “o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica [...]”. Já P2 aponta como sendo a distinção das espécies entre macho e fêmea, que segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2007) “ao se falar de gênero não se fala de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino [...] Gênero, portanto, remete-se a construções sociais, históricas e políticas [...]”. P4 possui o discurso mais amplo, voltado para a questão da identidade de gênero, ao apontar que trata-se de como o sujeito se enxerga.

Para Jesus (2008, p. 35) a identidade de gênero é “a maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais [...]”. Para tanto, apenas P4 trouxe uma abordagem mais completa sobre a questão de gênero, ao apontar para a “autoanálise” que o sujeito realiza de si mesmo e se representa na sociedade, entrando na questão da identidade de gênero.

Como outro questionamento trazido no questionário, foi pontuado sobre o que as professoras entendiam por orientação sexual. P1 apontou que são orientações e/ou “normas” que em geral a sociedade impõe como regra aos homens e mulheres e que na maioria das vezes se iniciam dentro do lar e perduram no convívio educacional e social. P2 relata que diz respeito às relações entre indivíduos. Geralmente envolve afetividade, atração e desejo. Isso independe do gênero, tem haver com sentimento, com realização pessoal e particular. P3 diz acreditar que orientação sexual refere-se ao desejo de quem se sente atraído e do que cada um observa e reflete sobre si. E P4 diz respeito aquilo pelo qual uma pessoa se sente atraída. Ela possibilita ao indivíduo, inclinações no sentido afetivo, amoroso ou sexual. É o ponto que norteia para onde a sexualidade irá ser orientada.

No que se refere à orientação sexual, as professoras possuem discursos que se aproximam, com exceção de P1 que comenta sobre ser normas que a sociedade impõe. P2, P3 e P4 dizem que orientação sexual trata-se de atração, desejo, afetividade amorosa ou sexual.

Para Jesus (2008, p. 36) “a orientação sexual é o sentimento de atração que temos por uma pessoa ou várias pessoas tanto no âmbito afetivo como no sexual.” para tanto, as contribuições feitas pelas professoras P2, P3 e P4 entram em consonância com ideia de Jesus (2008).

Para estas professoras está clara a ideia do que é orientação sexual. Entendem que se trata de desejos muito singulares que cada ser humano possui, sendo este sentimento voltado para o lado amoroso ou sexual. É importante que as professoras tenham este olhar aberto a estas questões, uma vez que o ambiente de sala de aula é diverso e cheio de pluralidade sexual. Elas, as professoras, não encontram, em algum momento de sua trajetória escolar, alunos e alunas que apresentem sua orientação sexual diferente daquela que é apresentada como o “tradicional”, no qual homem deve sentir-se atraído por mulher e vice-versa. Possuir o olhar amplo diante desses aspectos é uma maneira de lidar melhor com as possíveis ocorrências que podem aparecer no contexto escolar.

Perguntamos as professoras se há ocorrências no contexto de sala de aula referente às questões de gênero e sexualidade e como estas são direcionadas. P1 diz já ter presenciado muitas questões relacionadas ao gênero e sexualidade com os estudantes e mesmo com os pais. Diz ainda que em sala de aula procura solucionar alguns conflitos ou questionamentos das crianças com muita naturalidade e tentando esclarecer como algo que faz parte das descobertas do ser humano. P2 diz que sim. Pontua também que os alunos são orientados e estimulados a desenvolver empatia e exercitar o respeito. Através de conversas e dinâmicas de grupo são levados a perceber que as pessoas não são piores ou melhores por conta da orientação sexual e sim por sua conduta. P3 diz

não haver ocorrências. E P4 diz sempre haver. No sentido do que é adequado para cada um fazer/ usar/ ter/ de acordo com seu gênero. Exemplo: meninos brincam de carrinho e meninas de casinha. Ou as cores... A fragilidade da menina como algo pejorativo. A questão de que garotos não choram. Essas são apenas algumas ocorrências. Diz tentar sempre conversar a respeito e conscientizá-los no ato.

Com exceção de P3, todas as demais professoras disseram já ter presenciado algum tipo de ocorrência que envolvesse questões de gênero e sexualidade na sala de aula. Essas ocorrências são constantes em qualquer ambiente escolar. P1, P2 e P4 dizem dialogar com suas/seus alunas/os sobre estas questões, tentando esclarecer da melhor forma sobre as diferenças de modo a conscientizá-las/los.

Para Jesus (2008, p. 43) a educação possui um grande desafio, que é o de “construir um corpo de educadores/as capazes de discutir as questões de gênero, sexualidades, diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero sem minimizar ou mesmo rotular indivíduos.” Portanto algumas das professoras participantes deste questionário dizem trabalhar em prol de uma educação que vá de encontro a o que Jesus (2008) aponta, ajudando dessa forma a minimizar os casos de desrespeito à condição humana, contribuindo para uma sociedade mais tolerante e aberta a aceitar as diferenças.

Tratamos de perguntar as professoras se a escola desenvolve alguma ação que aborde questões de gênero e sexualidade e quais tipos de ações são desenvolvidas. P1 diz que não a escola propriamente, porém, a PCR – Prefeitura da Cidade do Recife dispõe de projetos e outras orientações do tipo para que a escola (quando se faz necessário) busque pessoas ou profissionais para desenvolver o tema dentro da escola. P2 diz que sim. Através de conversas com as famílias, com profissionais das várias áreas. Dramatizações, rodas de leitura e principalmente convivência, visto o fato de existir, na escola, vários profissionais de diferentes orientações e esse fato é tratado e comentado naturalmente. P3 diz não haver. A escola não permite que os professores tomem tal posicionamento, ou seja, tais questões não podem ser abordadas em sala de aula (infelizmente). E P4 diz que infelizmente, até agora não viu esse posicionamento sendo tomado por todo o corpo docente. No sentido de a instituição inteira se unir em prol da temática em questão. Diz que quando o assunto é gênero e sexualidade ainda existem tabus principalmente vindos dos pais, e diante dessa problemática, muitos professores preferem fazer essa abordagem de forma isolada para evitar certos constrangimentos movidos de intolerância, discriminação e machismo.

Apenas a escola na qual P2 atua desenvolve ações que contemplem a temática de gênero e sexualidade. Diz ela que o diálogo é feito tanto com as crianças, quanto com as famílias destas crianças, juntamente com profissionais de diversas áreas. Para os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, “Cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão” (BRASIL, 1997, V.10, p. 83) dessa forma podemos concluir que a escola em que P2 atua é a única que desenvolve ações que vão de encontro aquilo apontado pelos PCN. Os PCN ainda pontuam que “A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade [...]” (BRASIL, 1997, V.10, p. 83). Para tanto, fica entendido a importância que a escola possui diante da abordagem com a temática.

Tratando-se do trabalho desenvolvido com as questões de gênero e sexualidade pela escola das professoras pesquisadas, P1, P3 e P4 dizem que as escolas onde atuam não desenvolvem esta ação. No entanto a escola do P1 recebe orientações da Prefeitura, para quando necessário, trabalhar este assunto com os alunos. Não se sabe o que significa esse “necessário” apontado pela professora P1, mas é entendido que o trabalho com esta temática não deve ser realizado apenas pontualmente, quando ocorrerem casos de desrespeitos ou afins, mas deve ser um trabalho, que segundo os PCN, perdure o ano todo.

Como último questionamento, resolvemos saber se as professoras abordam essa temática no dia a dia de sala de aula e de qual maneira isso é feito. P1 diz que faz as abordagens quando surge algum fato entre as crianças e quando é tema de conteúdo didático. P2 diz que sim. Na medida em que as crianças trazem as questões, o/a professor/a vai tentando esclarecer, sempre levando-os a se colocar no lugar do outro e estimulando-os a falar sobre seus sentimentos e pensamentos, antes, durante a reflexão e depois. P3 diz que não pode passar tal temática aos alunos, apesar de tal tema ser incluído no currículo (PCN- Temas Transversais), a escola se recusa primeiro por ser de ideologia cristã e segundo por “medo” ou receio dos pais. P4 diz que percebe a importância de se tratar tal temática. E, portanto, precisam ser abordadas sim em sala de aula. Comenta também que ainda não colocou em prática a questão da orientação sexual, pois acha seus alunos ainda imaturos para tal abordagem, mas que procura sempre trabalhar a igualdade de gênero não baseada em crenças e fé, mas de forma histórica, social, política e cultural. Comenta ainda que é preciso de ixar claro que falar sobre igualdade de gênero nas escolas não é anular as diferenças que o masculino e o feminino possuem, mas proporcionar aos estudantes a fluidez de um pensamento crítico e reflexivo,

desenvolvendo uma democracia que não anule a igualdade e capacidade de ambos. Ela costuma usar literaturas, vídeos e rodas que conversa que trazem esse tipo de abordagem e integrar os alunos ao planejamento sempre com embasamento coeso para que as práticas pedagógicas em sala sejam relevantes.

Com exceção de P3, que diz não abordar essa temática em sala por causa da escola que não permite, as demais respostas se aproximam, pois as professoras dizem abordar a temática de gênero e sexualidade em sala, com exceção de P4 que diz contemplar apenas a questão de gênero por perceber que seus/as alunos/as ainda são imaturos para discutir sobre orientação sexual. Para Jesus (2008) o trabalho com a diversidade sexual nas escolas deverá possibilitar que “profissionais de educação abordem questões de gênero e sexualidade sob a ótica da diversidade sexual, visando superar toda forma de discriminação no ambiente escolar” (JESUS, 2008 p. 50). Nesse sentido as professoras P1, P2 e P4 conseguem desenvolver a abordagem com seus alunos, sem que haja impedimento por parte da escola. De modo a possibilitar o conhecimento sobre a diversidade sexual e a superação da discriminação e desigualdade de gênero.

Quanto à maneira de trabalho realizada pelas professoras, apenas P2 e P4 descrevem como é realizado o trabalho. O apontamento da professora P2 faz relação com a descrição encontrada nos PCN, na qual comenta que o trabalho com essas temáticas “[...] é entendido como problematizador, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho” (BRASIL, 1997, V.10, p. 83). Ao desenvolver a empatia com os alunos e possibilitá-los a falar sobre seus sentimentos e pensamentos, a professora está contribuindo para que as relações de convívio destes educandos, dentro e fora da escola, sejam mais tolerantes e saudáveis. Para P4 este tipo de abordagem precisa ser feita em detrimento das crenças e da fé em razão das contribuições históricas, sociais, políticas e cultural que o ser humano recebe, proporcionando o pensamento crítico dos/as alunos/as.

Diante de tais respostas fica claro que as professoras P1, P2 e P4 possuem vieses mais coerentes quando tratado da temática em questão. Elas possuem uma abertura maior para trabalho em suas salas de aula, diferente de P3 que diz não realizar esse trabalho em razão de alguns fatores que a escola limita. As práticas pedagógicas dos professores P2 e P4 são coerentes e pertinentes para a abordagem nos devidos níveis de escolaridade em que ambos atuam. Diferente de P1 que diz só contemplar estes assuntos quando surgem casos de agressão ou discriminação na sala de aula.

CONCLUSÕES

Conseguimos verificar no final dessa pesquisa que em boa parte dos discursos das professoras há um entendimento acerca da temática. Os discursos encontrados são referentes à concepção das mesmas com relação a o que elas entendem por gênero e sexualidade, sendo discursos que vão ao encontro com o diálogo apresentado pelos teóricos, com exceção de P2.

A respeito da prática das professoras, conseguimos, através do questionário, verificar que as mesmas realizam intervenções em sala com as temáticas de gênero e sexualidade, com exceção de uma das professoras, que disse não contemplar por conta da escola não possuir abertura para tal. Apenas as professoras P2 e P4 possuem o viés de trabalho mais coerente, pois elas atuam em consonância com aquilo apresentado pelo RCNEI. Este Referencial aponta para a questão de trabalho constante com os alunos e alunas a respeito da liberdade que eles possuem em brincar daquilo que vos apetece, sem que haja limitações em suas brincadeiras.

No entanto, nós quanto educadores possuímos o dever de oportunizar nossos alunos e alunas às realizações de suas vontades e trabalhar com aqueles que não enxergam isso com naturalidade de modo a promover uma ampliação de olhar e mudança de suas atitudes intransigentes, quando houver.

Este diálogo deverá acontecer constantemente e de forma interdisciplinar em sala de aula. É importante que os educadores percebam que a abordagem com as temáticas de gênero e sexualidade não se limita apenas a comentários ou críticas quando surgido os casos de discriminação na escola. No entanto este trabalho deverá ser norteado durante todo o ano letivo e acrescentado aos diversos conteúdos didáticos.

O enfoque de trabalho do professor deverá ser subsidiado e apoiado em parceria com a escola, para que os frutos deste trabalho sejam os mais profícuos possíveis. A escola deverá estar preparada para conseguir clarificar não só seus alunos e alunas, mas também os pais destes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 30/01/2017.

BRASIL. **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, DF. SECAD, 2007.

BRASIL. **Orientação Sexual**. V.10. Brasília, DF. V.10. 1997. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em 09/02/2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 30/01/2017.

JESUS, Beto de. **Diversidade sexual na escola**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. Ed. Especial, revista e ampliada. São Paulo: ECOS, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, Escola e Identidade**. Revista Educação e Realidade. V. 25. N.2. 2000.